



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ – IMPES

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2024
(1º CORREÇÃO)

SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ/ RO

FLAVIA ALVES DE ALMEIDA
Superintendente
ALCINO BILAC MACHADO
Prefeito
JAIME ROBEINA FUENTES
Vice-Prefeito
JUDITH GABRIELY DOS SANTOS
Diretora financeira
SOFIA MEL G. RAIMUNDO
Diretora de Benefícios
DANIELA FERREIRA DE OLIVEIRA
Ouvidoria
RONILSON MELO DA CRUZ
Controle Interno
MARCOS PACHECO PEREIRA CORRENTE
Contador
EDUARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA
Assessor Jurídico

CONSELHO DELIBERATIVO

Odair José Galdino Mendes – Presidente
Edson Aires Piana – Vice Presidente
Jair Nogueira – Membro
Girlaine Batista de Souza – Membro
Edson Aires Piana – Membro
Selma Rosa de Almeida – Membro
José Ferreira de Souza – Membro
Maria de Fátima dos Santos Dantas – Suplente
Angela Kuttert Gasdzichi E. Hoios – Suplente
Angelita Leandro Camilo – Suplente
Valdineia Ramos Barbosa – Suplente
Ivete da Silva Gomes – Suplente
Marcelo da Silva Coelho – Suplente

CONSELHO FISCAL

Gilson Carlos Borchardt - Presidente
Valdelice Natal da Silva Melo - Membro
Elisete dos Santos Miranda - Membro
Marcio Rodrigues - Suplente
Gilcilei dos Santos Leite - Suplente

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Marcos Pacheco Pereira Corrente - Presidente
Gessiane de Souza Costa - Membro
Andreia Fernanda Féba - Membro

1. O INSTITUTO

O Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de São Francisco do Guaporé – IMPES é entidade autárquica, com personalidade jurídica de direito público interno, integrante da Administração Municipal Indireta, que detém autonomia financeira e administrativa, com vistas à administração do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, instituído pela Lei Complementar Municipal nº 041, de 28 de abril de 2015 e alterações.

É organizado com base em normas que garantam gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir seu equilíbrio financeiro e atuarial, e está submetido à orientação, supervisão, controle e fiscalização da Secretaria de do Ministério da Previdência Social - MPS.

Seus recursos – que são constituídos pela contribuição do ente público, dos segurados ativos e parcelamentos, pelos rendimentos das aplicações e pela compensação previdenciária. Os recursos só podem ser utilizados para pagamento de benefícios previdenciários, é totalmente vedada a sua utilização para qualquer outro fim, inclusive para custear ações de assistência social e saúde, com exceção do valor destinado à Taxa de Administração, utilizada para manutenção das atividades do Instituto.

Os recursos do IMPES estão aplicados no mercado financeiro e de capitais brasileiro, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, na Resolução nº 4.963, de 25 de novembro de 2021.

O cumprimento dessas determinações legais é imprescindível para que o IMPES continue garantindo aos seus segurados o pagamento dos benefícios previdenciários. Além de atender às questões administrativas e legais, o IMPES desenvolve um trabalho sistemático de formação previdenciária com os segurados ativos e de valorização e integração do segurado inativo.

1.2 DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A Diretoria Executiva do IMPES é representada por uma Superintendente, eleita pela câmara municipal, a partir de uma lista tríplice, indicada e nomeada pelo Prefeito Municipal, dentre os segurados ativos ou inativos do Instituto, com formação em nível superior, com todos os requisitos do cargo preenchidos, assim como a devida qualificação em exame de capacitação com certificação profissional SPREV nível básico e intermediário correspondente

à função exercida.

O quadro de servidores desta autarquia foi criado através da Lei Complementar nº 041, de 28 de abril de 2015 e reestruturada por meio da Lei Complementar nº 106, de 22 de março de 2023, conta com os cargos de: Superintendente, Diretor Financeiro, Diretor de Benefícios, Assessor Técnico, Diretor Técnico em Controle Interno, Contador e Assessor Jurídico, todos cargos em comissão os quais compõem os Setores Técnicos do Instituto.

Além da organização administrativa, o IMPES contempla os Conselhos Deliberativo e Fiscal e o Comitê de Investimentos.

2. ORGANOGRAMA

No organograma abaixo é possível visualizar a organização administrativa do IMPES:



2.1 DO CONSELHO DELIBERATIVO

É de competência do Conselho Deliberativo do IMPES, especificamente:

- ✓ Elaborar seu regimento interno;
- ✓ Eleger o seu Presidente;
- ✓ Decidir sobre qualquer questão administrativa e financeira que lhe seja submetida pelo Superintendente ou pelo Conselho Fiscal:
- ✓ Julgar os recursos interpostos das decisões do Conselho Fiscal e dos atos do Superintendente não sujeito a revisão daquele;
- ✓ Apreciar sugestões e encaminhar medidas tendentes a introduzir modificações na Lei Complementar Municipal Nº 041/2015, bem como resolver os casos omissos.

Acompanhar as diretrizes gerais da política de gestão do Instituto; fiscalizar os planos de aplicações financeiras dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, bem como de seu patrimônio; Fiscalizar o orçamento e as contas do IMPES e despesas extraordinárias, propostas pela Superintendência e fiscalizar os atos de gerenciamento da Superintendência.

O Conselho Deliberativo possui mandato de 04 (quatro) anos, permitida recondução e é composto por 06 (seis) membros titulares, dentre os quais: 02 (dois) representantes do Executivo, 01 (um) representante do Legislativo e 03 (três) representantes dos Segurados, além disso o conselho é composto por 06 (seis) suplentes.

Conforme Decreto nº 068, de 28 de março de 2023, o Conselho Delibertarivo é constituído pelos seguintes membros;

Titulares

Representantes dos Segurados

Odair José Galdino Mendes
Jair Nogueira
Girlaine Batista de Souza

Representantes do Executivo

Selma Rosa de Almeida
Edson Aires Piana

Representantes do Legislativo

José Ferreira de Sousa

Suplentes

Ivete da Silva Gomes
Angelita Leandro Camilo
Maria de Fátima dos S. Dantas
Angela Kuttert Gasdzichi
Valdinéia Ramos Barbosa
Marcelo da Silva Coelho

As principais ocorrências e deliberações do Conselho Deliberativo do IMPES, no ano de 2024 foram as seguintes:

- Definição do Calendário Anual de Reuniões para 2024;
- Aprovação do Plano Estratégico 2024;
- Deliberação sobre os eventos, cursos e treinamentos exercício de 2024;
- Deliberação e aprovação do PAI – Política Anual de Investimento para 2025;
- Ciência sobre as Aposentadorias e Pensões concedidas;
- Aprovação da compra de um veículo para o Instituto;
- Aprovação dos Relatórios Trimestrais de Investimentos;
- Certificação Profissionais de Conselheiros;
- Aprovação da Manuzalição de Processo de Arrecadação;
- Aprovação do Plano Anual de Contratação para 2025; e

- Deliberação e aprovação do Plano de Ação para 2025;

2.2 DO CONSELHO FISCAL

São funções do Conselho Fiscal do RPPS acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária e financeira do IMPES, julgar os recursos interpostos por segurados e dependentes dos despachos atinentes de processos de benefícios, examinar os balancetes mensais e as contas anuais.

Composto por 03 (três) membros titulares e 02 (dois) Suplentes, eleitos dentre os Servidores Municipais garantidas à participação dos servidores inativos para mandato de 04 (quatro) anos.

Conforme Decreto nº 068, de 28 de março de 2023, o Conselho Fiscal é constituído pelos seguintes membros;

Titulares

Gilson Carlos Borchardt
Valdelice Natal da Silva Melo
Elisete dos Santos Miranda

Suplente

Marcio Rodrigues
Gilcilei dos Santos leite

As principais ocorrências e deliberações do Conselho Fiscal do IMPES, no ano de 2024 foram as seguintes:

- Definição do Calendário Anual de Reuniões para 2024;
- Aprovação do Plano Estratégico 2024;
- Análises dos Balancetes mensais;
- Relatórios dos Investimentos mensais;

- Análise das Despesas Administrativa;
- Análise dos relatórios de Investimento trimestral.

2.3 DO COMITE DE INVESTIMENTOS

O Comitê de Investimentos visa dar suporte técnico e assessorar no processo decisório quanto à formulação e à execução da política de investimentos dos recursos garantidores das reservas técnicas do plano de benefícios do RPPS.

Ainda, é de sua competência: analisar a conjuntura, cenários e perspectivas de mercado e seu reflexo no patrimônio do Instituto; traçar estratégias de composição de ativos e de alocação com base nos cenários; avaliar as opções de investimento e estratégias que envolvam compra, venda e/ou renovação dos ativos das carteiras do IMPES avaliar riscos potenciais; analisar os resultados da carteira de investimentos e fornecer subsídios para a elaboração ou alteração na Política de Investimentos.

O Comitê de Investimentos do IMPES é composto por 03 (três) membros, todos os membros possuem certificação SPREV nível básico correspondente a função exercida.

Conforme Decreto nº 106, de 16 de maio de 2025, o Conselho Fiscal é constituído pelos seguintes membros;

Marcos Pacheco Pereira Corrente
Valdir Soares de Araújo
Daniela Ferreira de Oliveira

As principais ocorrências e deliberações do Comitê de Investimentos do IMPES, no ano de 2024 foram as seguintes:

- Análise do Relatório Mensal de Gestão de Investimentos encaminhando pela Consultoria de Investimentos;

- Análises dos Relatórios Trimestral de Gestão de Investimentos;
- Ajustes da Carteira de Investimentos com realocações de recursos;
- Credenciamento das Instituições Financeiras;
- Política de Investimentos PAI 2025;
- Avaliação do cenário econômico.

2.4 DOS SEGURADOS

Em 31 de Dezembro de 2024, o IMPES contava com 460 servidores vinculados ao plano Previdenciário, sendo:

- 445 (quatrocentos e quarenta e cinco) segurados ativos;
- 82 (oitenta e dois) segurados inativos usufruindo dos benefícios de aposentadorias;
- 08 (oito) pensionistas;
- 07 (sete) cedidos;
- A proporcionalidade entre segurado ativo X inativo é de 5,61% (460/82)

DADOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Aposentados	84	85	85	86	87	88	90	90	89	89	88	88	88
Pensionistas	08	08	08	09	09	09	09	09	10	10	10	10	10
Pensionista judicial	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01

Os dados acima demonstram a totalidade de aposentados e pensionistas até dezembro de 2023.

2.5 DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O orçamento do Instituto Municipal de Previdência foi aprovado através da Lei Municipal de nº 2.316/2023, estimando a Receita no valor de R\$: 11.560.937,61 (Onze milhões quinhentos e sessenta mil novecentos e trinta e sete reais e sessenta e um centavos) e Fixando

a Despesa para o exercício de 2024 no mesmo valor.

De acordo com o anexo 02 (balanço) – Resumo Geral das Despesas e Anexo - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, à despesa realizada atingiu o montante de R\$: 4.317.937,54 (Quatro milhões trezentos e dezessete mil novecentos e trinta e sete reais e cinquenta e quatro centavos), e a receita realizada de R\$ 13.410.430,66 apresentando em relação a despesa orçada um Superávit Orçamentário de R\$: 9.092.493,12 (Nove milhões noventa e dois mil quatrocentos e noventa e três reais e doze centavos).

IMPES - INST. MUN. DE PREV. DOS SERVIDORES DE SAO FRANCISCO DO GUAPORE

Data: 14/02/2025 07:47:45
 Usuário: /647 *** ***-53
 (Página: 1 / 1)
 Sistema CECAM

Exercício 2024 - Anexo 2 - Resumo Geral da Despesa

Código	Especificação	Elemento	Modalidade de Aplicação	Cat. Econômica Natureza de Desp.
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			4.213.037,54
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		3.768.911,00	3.803.181,62
3.1.90.01.00	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E	2.063.072,18		
3.1.90.02.00	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	540.793,61		
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	333.269,76		
3.1.90.12.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	23.632,93		
3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	8.142,55		
3.1.91.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DE CORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE		34.270,62	
3.1.91.13.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		34.270,62	
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			409.855,92
3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		409.855,92	
3.3.90.14.00	DIÁRIOS - CIVIL	71.780,08		
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	6.315,65		
3.3.90.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	6.527,60		
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	63.889,52		
3.3.90.38.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	248.242,34		
3.3.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	15.920,91		
SUB TOTAL				4.213.037,54
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			104.900,00
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS			
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		104.900,00	104.900,00
4.4.90.92.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	104.900,00		
SUB TOTAL				104.900,00
TOTAL GERAL				4.317.937,54

SAO FRANCISCO DO GUAPORE, 31 de Dezembro de 2024

MARCOS P. PEREIRA CORRENTE
 CONTADOR - CRC 9032-8
 PORTARIA Nº 059/2020

RONILSON MELO DA CRUZ
 CRA - 1842
 PORTARIA Nº 031/2023

FLÁVIA ALVES DE ALMEIDA
 SUPERINTENDENTE
 PORTARIA Nº 170/IMPES/2023

2.6 DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS ADICIONAIS

Conforme movimentação Orçamentária do Exercício, os Créditos autorizados foram os seguintes:

DOTAÇÃO INICIAL		R\$	11.560.937,61
(+) CRÉDITOS SUPLEMENTARES		R\$	500.182,40
(+) CRÉDITOS ESPECIAIS		R\$	115.220,81
(-) ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		R\$	411.103,21
(=) DESPESA AUTORIZADA		R\$	11.765.237,61
(-) DESPESA EMPENHADA		R\$	4.317.937,54
(=) SALDO DE DOTAÇÃO		R\$	7.447.300,07

A movimentação acima está devidamente demonstrada no Quadro Demonstrativo das Alterações Orçamentária – TC 18, desta Prestação de Contas e autorizados através de Decretos.

Os Créditos Adicionais abertos no exercício de 2024 atingiram o montante de R\$: 615.403,21 (Seiscentos e quinze mil quatrocentos e três reais e vinte e um centavos).

IMPES - INST. MUN. DE PREV. DOS SERVIDORES DE SAO FRANCISCO DO GUAPORE

Data: 08/02/2025 12:06:55
 Usuário: / 647 ***-53
 (Página: 1 / 1)
 Sistema CECAM

Quadro Demonstrativo das Alterações Orçamentárias - 12/2024 - Lançado

INSTITUTO MUNIC. DE PREV. DOS SERV. DE SAO FRANCISCO

Decreto		Lei		Créditos Adicionais					Recursos Indicados					
Nr.	Data	Nr.	Data	Suplementares	Especiais	Extraordinárias	Créditos Vinculados	Supervit Financeiro	Excesso Arrecadação Tesouro	Excesso Arrecadação Convênio	Anulação Dotação	Operação Crédito	Supervit Orçamentário	Recursos Vinculados
30	22/02/2024	2325	22/02/2024	105.000,00			105.000,00	105.000,00						105.000,00
136	25/06/2024	2316	31/12/2023		15.920,81		15.920,81				15.920,81			15.920,81
142	30/06/2024	2316	31/12/2023	200.000,00			200.000,00				200.000,00			200.000,00
181	09/08/2024	2316	31/12/2023	9.008,80			9.008,80				9.008,80			9.008,80
221	11/09/2024	2316	31/12/2023	11.173,60			11.173,60				11.173,60			11.173,60
242	26/08/2024	2456	25/08/2024			99.300,00	99.300,00	99.300,00						99.300,00
261	23/10/2024	2316	31/12/2023	15.000,00			15.000,00				15.000,00			15.000,00
294	13/11/2024	2316	31/12/2023	160.000,00			160.000,00				160.000,00			160.000,00
SubTotal				588.182,40	115.220,81	0,00	815.403,21	284.300,00	0,00	0,00	411.103,21	0,00	0,00	815.403,21
Total				588.182,40	115.220,81	0,00	815.403,21	284.300,00	0,00	0,00	411.103,21	0,00	0,00	815.403,21

SAO FRANCISCO DO GUAPORE, 31 de Dezembro de 2024

MARCOS P. PEREIRA CORRENTE
 CONTADOR - CRC 9082-0
 PORTARIA Nº259/2020

DOS RECURSOS

As receitas e despesas médias do Instituto, nos (três) últimos exercícios, foram:

RECEITAS			2022	2023	2024
Contribuição Patronal			3.762.037,01	4.392.179,25	4.726.231,41
Contribuição Segurados			2.684.016,28	3.016.905,71	3.472.964,65
Parcelamentos Previdenciários			129.657,29	224.767,26	167.397,89
Outras Receitas/Compensações			5.781,54	0,00	602.044,46
Rentabilidade	Mercado	Financeiro	4.497.706,46	7.037.222,72	4.441.792,25
Liquida					
Total			11.079.198,58	14.671.074,94	13.410.430,66

DESPESAS	2022	2023	2024
Aposentadorias	1.880.039,92	2.538.999,37	2.863.072,16
Pensão por Morte	205.373,95	243.174,37	540.793,61
Auxílio Doença e Salário Maternidade	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Gestão do IMPES	470.570,99	636.504,82	914.071,77
Total	2.555.984,86	3.418.678,56	4.317.937,54
SUPERAVIT	8.523.213,72	11.252.396,38	9.092.493,12

O RPPS encerrou o exercício de 2024 com o resultado financeiro (recursos disponíveis em conta corrente) no valor de R\$ 70.283.529,12 (Setenta milhões duzentos e oitenta e três mil quinhentos e vinte e nove reais e doze centavos).

Na tabela abaixo é possível visualizar o demonstrativo dos gastos e as respectivas sobras da taxa de administração:

Receitas Administrativas	2021	2022	2023	2024
Valor da Taxa de Administração	352.878,22	537.665,55	777.629,88	
Aporte Financeiro	180.000,00	0,00	0,00	
Despesas Administrativas	417.227,63	470.570,99	636.504,82	
Saldo	115.650,59	67.094,56	141.125,06	

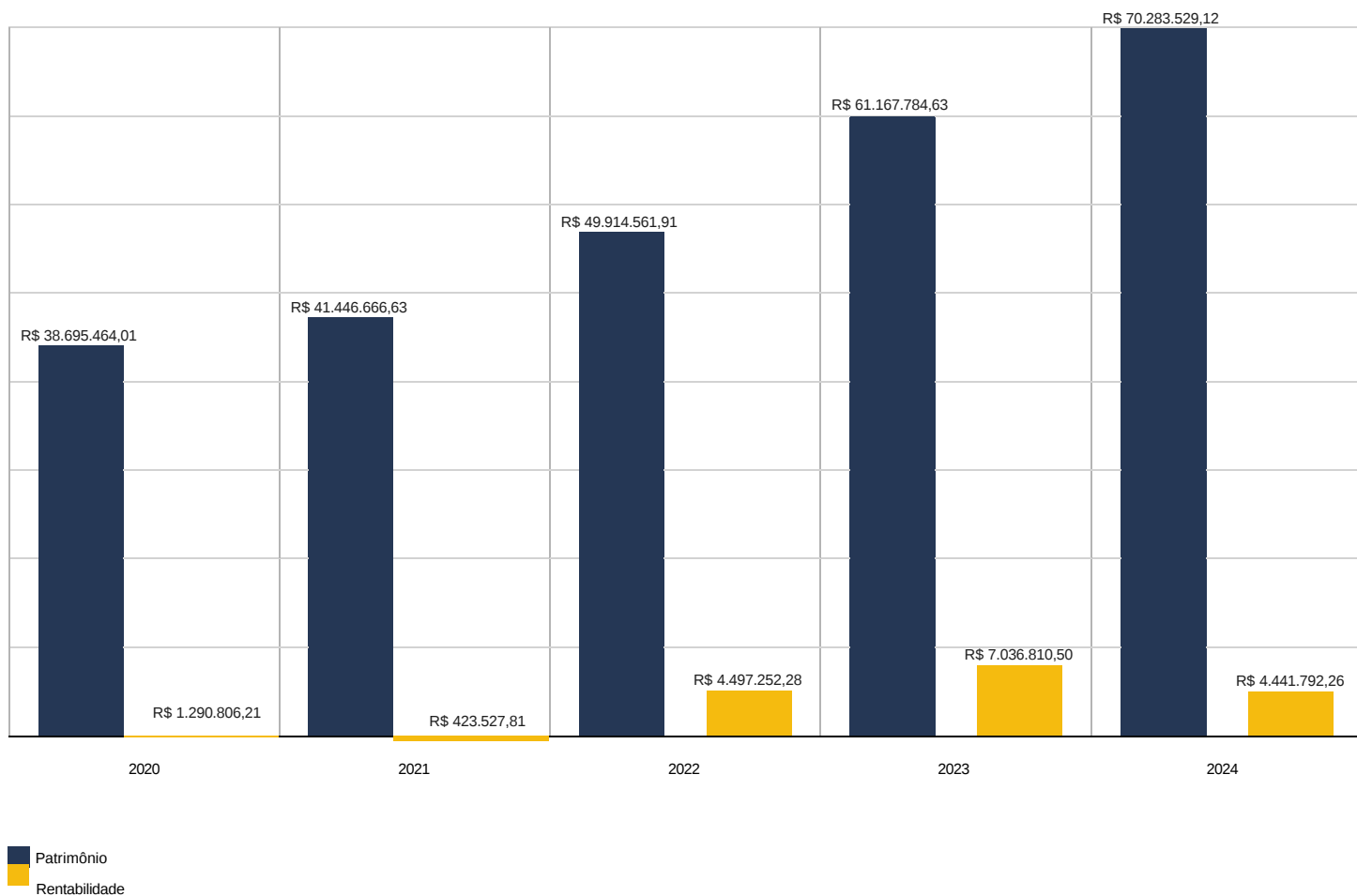
DO RETORNO DOS INVESTIMENTOS:

As receitas provenientes das aplicações financeiras perfazem um montante líquido de R\$ 4.441.792,26 (Quatro milhões quatrocentos e quarenta e um mil setecentos e noventa e dois reais e vinte e seis centavos), conforme será demonstrado dos dados a ser apresentados abaixo através do relatório de investimentos anual.

1. DADOS ESTATÍSTICOS

 Patrimônio R\$ 70.283.529,12	 Rent. Acum. 7,02%	 Meta 10,10%	 GAP 69,51%	 VaR 0,0116%
---	--	--	---	--

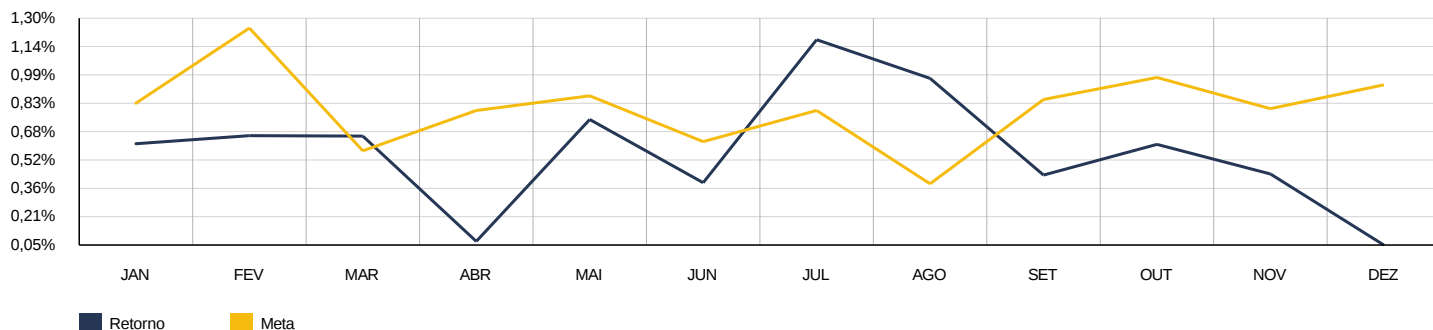
2. COMPARATIVO



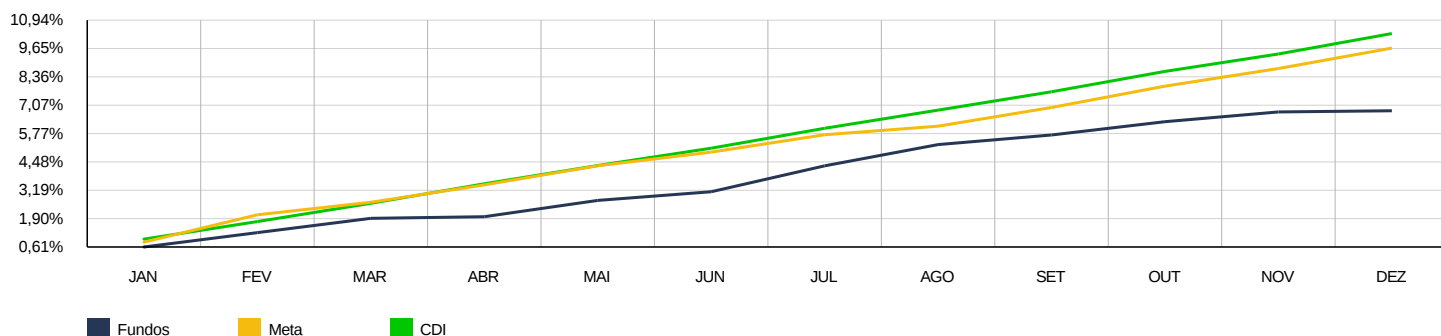
3. CONSOLIDADO

Como pode ser observado pela tabela abaixo a rentabilidade no acumulado do ano ficou em 7,02% enquanto que a meta atuarial acumulada foi de 10,10%, ou seja, o Instituto atingiu 69,51% da meta atuarial.

MÊS	ANTERIOR	APLICAÇÕES	RESGATES	SALDO ATUAL	RETORNO	RENTAB.	META	GAP
Janeiro	61.167.783,63	661.993,29	352.307,00	61.851.939,38	374.469,46	0,61%	0,83%	73,25%
Fevereiro	61.851.939,38	661.803,04	333.768,84	62.586.254,59	406.281,01	0,65%	1,24%	52,56%
Março	62.586.254,59	1.709.110,33	1.366.673,95	63.338.300,40	409.609,43	0,65%	0,57%	114,11%
Abril	63.338.300,40	1.518.385,80	1.225.162,53	63.678.670,06	47.146,39	0,07%	0,79%	9,36%
Maio	63.678.670,06	1.071.371,82	673.892,17	64.551.656,87	475.507,16	0,74%	0,87%	85,13%
Junho	64.551.656,87	14.217.936,65	13.856.985,51	65.169.353,47	256.745,46	0,40%	0,62%	63,72%
Julho	65.169.353,47	1.716.989,32	1.481.311,94	66.176.352,59	771.321,74	1,18%	0,79%	149,02%
Agosto	66.176.352,59	8.744.492,88	8.164.987,08	67.401.652,88	645.794,49	0,97%	0,39%	248,20%
Setembro	67.401.652,88	9.728.274,08	9.386.681,52	68.039.586,42	296.340,98	0,44%	0,85%	51,37%
Outubro	68.039.586,42	6.735.649,21	6.402.139,78	68.787.158,48	414.062,63	0,61%	0,97%	62,30%
Novembro	68.787.158,48	1.730.783,60	1.378.262,82	69.446.315,26	306.636,00	0,44%	0,80%	55,34%
Dezembro	69.446.315,26	14.952.946,93	14.153.610,58	70.283.529,12	37.877,51	0,05%	0,93%	5,79%
Acumulado no Ano					4.441.792,26	7,02%	10,10%	69,51%
Disponibilidade Financeira					R\$ 0,00			
Patrimônio Líquido					R\$ 70.283.529,12			



ACUMULADO



4. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE DEZEMBRO

PRODUTO / FUNDO	DISP. RESG.	TAXA ADM.	SALDO	PARTICIP. S/TOTAL	QUANT. COTISTAS	% / PL DO FUNDO	RES. 4963
BB AÇÕES TECNOLOGIA FUNDO DE INVESTIMENTO	D+3	1,00%	287.188,49	0,41%	21.903	0,04%	Art. 8º, III
BB FI IDKA 2 TP RF PREVID.	D+1	0,20%	0,00	0,00%	775	0,00%	Art. 7º, I, b
BB FI MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO LP	D+4	0,60%	362,39	0,00%	159	0,00%	Art. 10º, I
BB FLUXO FIC RF PREVIDENCIÁRIO	D+0	1,00%	2.907.325,71	4,14%	1.035	0,07%	Art. 7º, III, a
BB IMA-B 5 FIC RF PREVIDENCIÁRIO LP	D+1	0,20%	0,00	0,00%	709	0,00%	Art. 7º, I, b
BB IMA-B FI RF PREVIDENCIÁRIO	D+1	0,30%	0,00	0,00%	195	0,00%	Art. 7º, I, b
BB IMA-GERAL EX-C TP FI RF PREVIDENCIÁRIO	D+1	0,20%	3.072.749,82	4,37%	84	1,34%	Art. 7º, I, b
BB IRF-M 1 TP FIC RF PREVIDENCIÁRIO	D+0	0,30%	7.723.725,82	10,99%	1.124	0,09%	Art. 7º, I, b
BB IRF-M TP FI RF PREVIDENCIÁRIO	D+1	0,20%	0,00	0,00%	527	0,00%	Art. 7º, I, b
BB MULTIMERCADO MACRO LP	D+1	1,00%	251.738,52	0,36%	30.165	0,03%	Art. 10º, I
BB PERFIL FIC RF PREVIDENCIÁRIO	D+0	0,20%	13.452.369,93	19,14%	1.259	0,07%	Art. 7º, III, a
BB PREVID VERT 2026	D+0	0,07%	6.913.371,41	9,84%	398	0,17%	Art. 7º, I, b
BB PREVIDENCIÁRIO RF IRF-M 1+ FI	D+1	0,30%	6.507.791,62	9,26%	56	4,80%	Art. 7º, I, b
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	D+0	0,80%	498.047,90	0,71%	364	0,04%	Art. 7º, I, b
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TP RF RF	D+0	0,06%	1.020.615,47	1,45%	239	0,04%	Art. 7º, I, b
CAIXA BRASIL FI RF DI LP	D+0	0,20%	11.095.300,65	15,79%	1.144	0,06%	Art. 7º, III, a
CAIXA BRASIL MATRIZ FI RF	D+0	0,20%	6.007.533,77	8,55%	554	0,09%	Art. 7º, III, a
CAIXA DIVIDENDOS FI AÇÕES	D+4	1,00%	251.208,26	0,36%	2.248	0,10%	Art. 8º, I

CAIXA FIA INDEXA SETOR FINANCEIRO L	D+3	0,80%	223.764,15	0,32%	420	0,93%	Art. 8º, I
CAIXA FIC BRASIL IDKA PRE 2A RF LP	D+0	0,20%	838.472,72	1,19%	40	0,74%	Art. 7º, I, b
ITAÚ AÇÕES DIVIDENDOS FI	D+4	1,50%	1.168.198,89	1,66%	173	0,52%	Art. 8º, I
ITAÚ HIGH GRADE RFI CRÉDITO PRIVADO-FIC FI	D+0	0,25%	2.264.203,48	3,22%	1.718	0,01%	Art. 7º, V, b
ITAÚ INST. GLOBAL DIN RF LP FIC	D+1	0,50%	5.074.940,53	7,22%	191	0,24%	Art. 7º, III, a
ITAÚ OLIMPO FIC FI EM AÇÕES	D+3	1,50%	434.391,77	0,62%	3.929	0,35%	Art. 8º, I
ITAÚ PV MULTIM. SP500 BRL FICFI	D+1	0,80%	290.227,82	0,41%	608	0,02%	Art. 10º, I
TOTAL			70.283.529,12				

5. RETORNO POR SEGMENTO

SEGMENTO	SALDO ANTERIOR	APLICAÇÕES	RESGATES	SALDO ATUAL	RETORNO	RENTAB.	% S/CARTEIRA
Renda Fixa	66.380.939,50	14.952.946,93	13.881.243,34	67.600.212,98	147.569,89	0,22%	96,18%
Renda Variável	2.246.661,40	0,00	0,00	2.140.987,41	-105.673,99	-4,70%	3,05%
Estruturado	818.714,36	0,00	272.367,24	542.328,73	-4.018,39	-0,74%	0,77%

ATIVOS RENDA FIXA	SALDO ANTERIOR	APLICAÇÕES	RESGATES	SALDO ATUAL	RETORNO	RENTAB.
BB FI IDKA 2 TP RF PREVID.	306.835,22	0,00	304.439,85	0,00	-2.395,37	-0,78%
BB FLUXO FIC RF PREVIDENCIÁRIO	2.123.380,34	1.592.964,79	829.721,51	2.907.325,71	20.702,09	0,56%
BB IMA-B 5 FIC RF PREVIDENCIÁRIO LP	750.755,63	0,00	745.875,87	0,00	-4.879,76	-0,65%
BB IMA-B FI RF PREVIDENCIÁRIO	3.086.335,59	0,00	3.064.083,85	0,00	-22.251,74	-0,72%
BB IMA-GERAL EX-C TP FI RF PREVIDENCIÁRIO	9.095.825,19	0,00	6.000.000,00	3.072.749,82	-23.075,37	-0,25%
BB IRF-M 1 TP FIC RF PREVIDENCIÁRIO	7.671.881,46	0,00	0,00	7.723.725,82	51.844,36	0,68%
BB IRF-M TP FI RF PREVIDENCIÁRIO	2.959.954,68	0,00	2.937.122,26	0,00	-22.832,42	-0,77%
BB PERFIL FIC RF PREVIDENCIÁRIO	13.346.054,60	0,00	0,00	13.452.369,93	106.315,33	0,80%
BB PREVID VERT 2026	6.906.189,07	0,00	0,00	6.913.371,41	7.182,34	0,10%
BB PREVIDENCIÁRIO RF IRF-M 1+ FI	625.119,75	6.000.000,00	0,00	6.507.791,62	-117.328,13	-1,77%
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	457.978,41	36.093,07	0,00	498.047,90	3.976,42	0,80%
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TP RF RF	1.019.509,75	0,00	0,00	1.020.615,47	1.105,72	0,11%
CAIXA BRASIL FI RF DI LP	3.711.970,33	7.323.889,07	0,00	11.095.300,65	59.441,25	0,54%

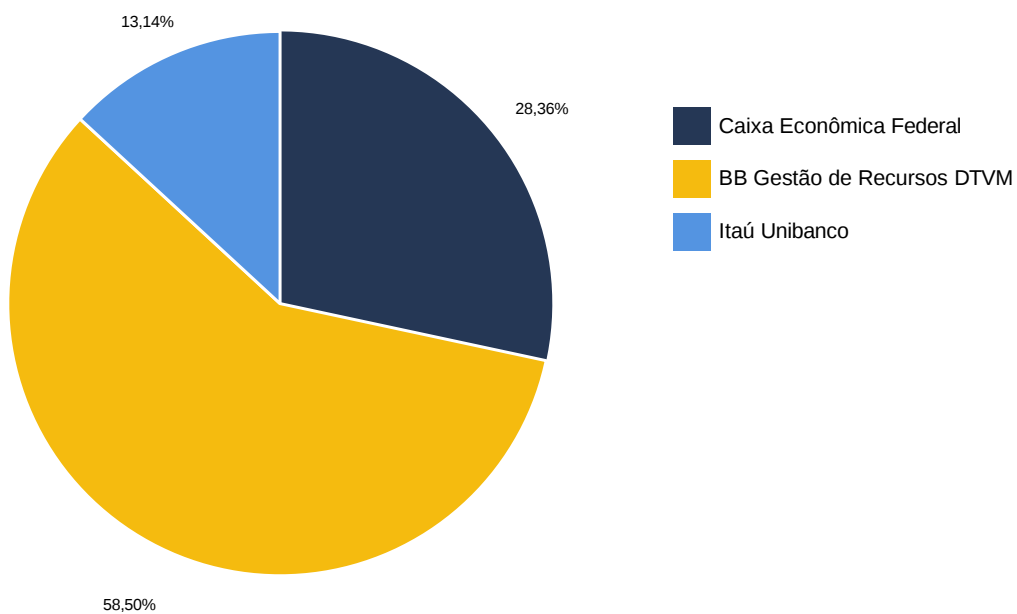
CAIXA BRASIL MATRIZ FI RF	5.958.354,86	0,00	0,00	6.007.533,77	49.178,91	0,83%
CAIXA FIA INDEXA SETOR FINANCEIRO L	228.199,88	0,00	0,00	223.764,15	-4.435,73	-1,94%
CAIXA FIC BRASIL IDKA PRE 2A RF LP	858.153,01	0,00	0,00	838.472,72	-19.680,29	-2,29%
ITAÚ HIGH GRADE RFI CRÉDITO PRIVADO-FIC FI	2.242.972,90	0,00	0,00	2.264.203,48	21.230,58	0,95%
ITAÚ INST. GLOBAL DIN RF LP FIC	5.031.468,83	0,00	0,00	5.074.940,53	43.471,70	0,86%

ATIVOS RENDA VARIÁVEL	SALDO ANTERIOR	APLICAÇÕES	RESGATES	SALDO ATUAL	RETORNO	RENTAB.
BB AÇÕES TECNOLOGIA FUNDO DE INVESTIMENTO	288.380,25	0,00	0,00	287.188,49	-1.191,76	-0,41%
CAIXA DIVIDENDOS FI AÇÕES	263.800,77	0,00	0,00	251.208,26	-12.592,51	-4,77%
ITAÚ AÇÕES DIVIDENDOS FI	1.237.432,18	0,00	0,00	1.168.198,89	-69.233,29	-5,59%
ITAÚ OLIMPO FIC FI EM AÇÕES	457.048,20	0,00	0,00	434.391,77	-22.656,43	-4,96%

ATIVOS ESTRUTURADO	SALDO ANTERIOR	APLICAÇÕES	RESGATES	SALDO ATUAL	RETORNO	RENTAB.
BB FI MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO LP	272.367,24	0,00	272.367,24	362,39	362,39	0,13%
BB MULTIMERCADO MACRO LP	250.792,99	0,00	0,00	251.738,52	945,53	0,38%
ITAÚ PV MULTIM. SP500 BRL FICFI	295.554,13	0,00	0,00	290.227,82	-5.326,31	-1,80%

6. CONSOLIDADO POR GESTOR

GESTÃO	VALOR	% S/ CARTEIRA	% S/ PL GESTÃO
Caixa Econômica Federal	19.934.942,92	28,36%	0,03%
BB Gestão de Recursos DTVM	41.116.623,71	58,50%	0,02%
Itaú Unibanco	9.231.962,49	13,14%	0,04%
Total da Carteira	70.283.529,12	100,00%	

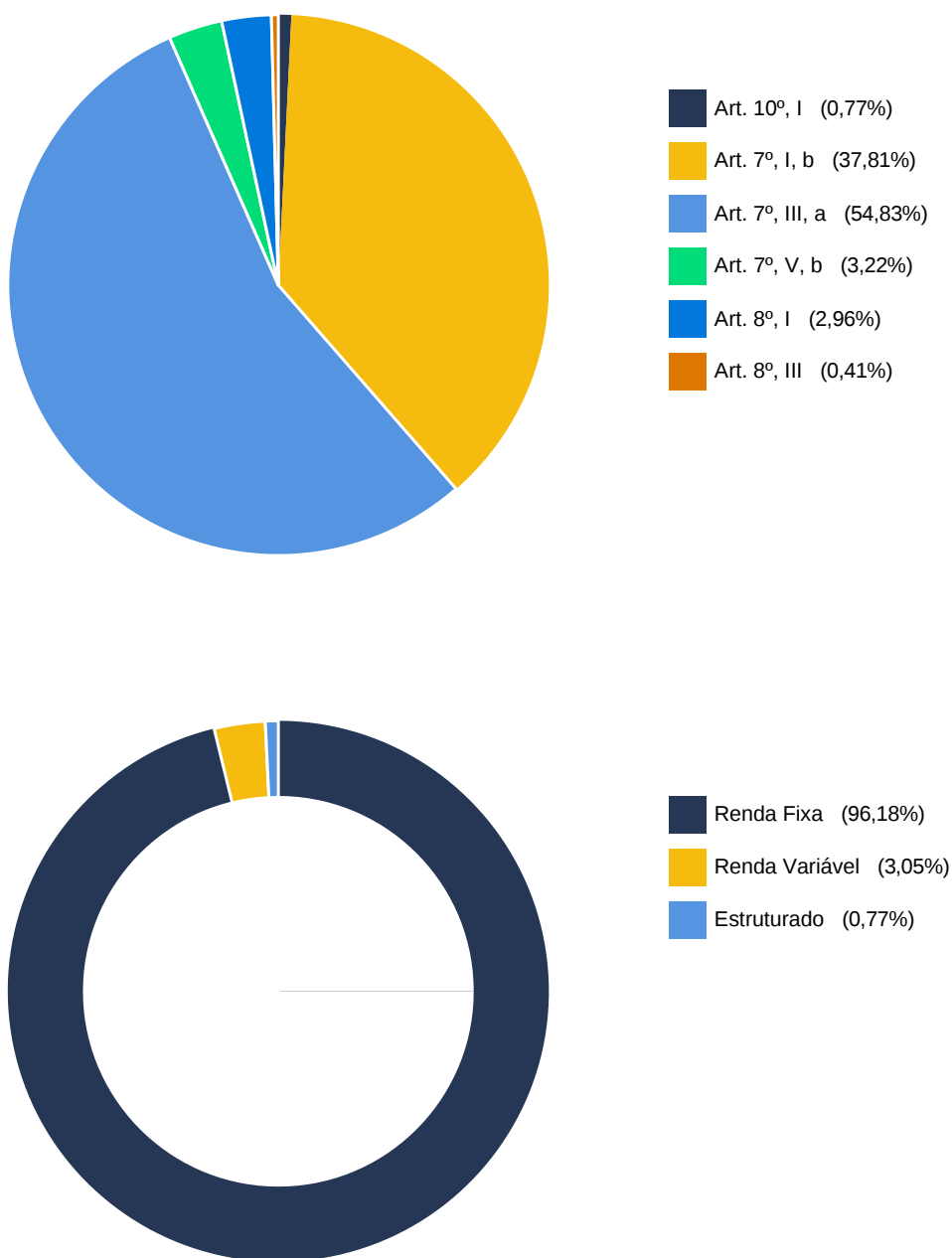


7. ENQUADRAMENTO

O enquadramento da carteira é com base na legislação vigente, a proposta de estratégia para o exercício é deliberada pelo colegiado, a carteira deve seguir a PAI - Política Anual de Investimento considerando limites mínimos e máximos.

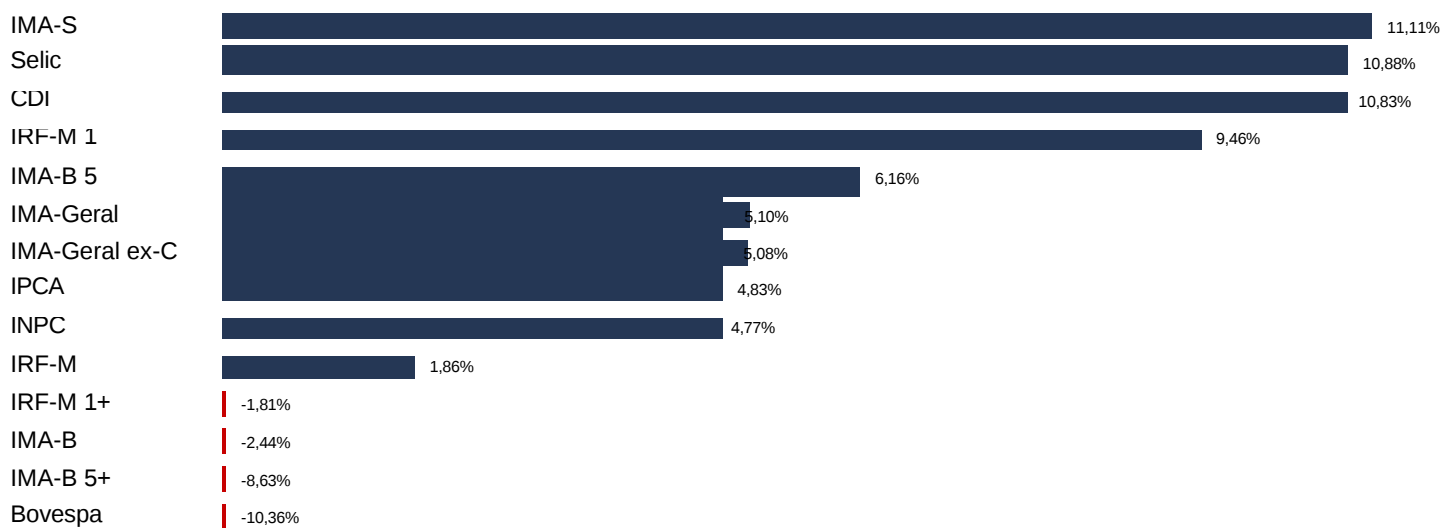
ALOCÇÃO ESTRATÉGICA PARA O EXERCÍCIO DE 2024					
SEGMENTO	ATIVO	Alocação dos Recursos			
		Limite da Resolução	Limite Inferior %	%	Limite Superior %
RENTA FIXA	Títulos TN SELIC - Art.7º, I, "a"	100%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI 100% Títulos TN - Art. 7º, I, "b"		30,00%	37,97%	100,00%
	FI Ref em Índices de RF 100 TP - Art.7º, I, "c"		0,00%	0,00%	0,00%
	Oper. Compromissadas em TP TN - Art. 7º, II	5%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI referenciados RF - Art. 7º, III, "a"	60%	0,00%	55,06%	60,00%
	FI de Índices Referenciado RF - Art. 7º, III, "b"		0,00%	0,00%	0,00%
	Renda Fixa de emissão Bancária - Art. 7º, IV	20%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI em Direito Creditório - Sênior - Art. 7º, V, "a"	5%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI Renda Fixa "Credito Privado" - Art. 7º, V, "b"		0,00%	3,23%	5,00%
	FI de Debêntures de infraestrutura - Art. 7º, V, "c"		0,00%	0,00%	0,00%
RENTA VARIÁVEL	FI de Ações - Art. 8, I	30%	0,00%	2,97%	10,00%
	ETF - Índices de ações - Art. 8º, II		0,00%	0,00%	3,00%
EXTERIOR	Renda Fixa - Dívida Externa - Art. 9º, I	10%	0,00%	0,00%	0,00%
	Constituído no Brasil - Art. 9º, II		0,00%	0,00%	0,00%
	Ações - BDR Nível I - Art. 9º, III		0,00%	0,00%	5,00%
ESTRUTURADO	FI Multimercados - Art. 10, I	10%	0,00%	0,77%	7,00%
	FI em Participações - Art. 10, II	5%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI Mercado de Acesso - Art. 10, III		0,00%	0,00%	0,00%
IMOBILIÁRIO	FI Imobiliários - Art. 11	5%	0,00%	0,00%	0,00%
CONSIGNADO	Empréstimos consignado - Art. 12	5%	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL GERAL			30,00%	100,00%	190,00%

8. ENQUADRAMENTO RESOLUÇÃO N. 4.963/2021



9. ÍNDICES ECONÔMICOS

ÍNDICE	MÊS	ANTERIOR	6 MESES	ANO	12 MESES
Bovespa	-4,28%	-3,12%	-2,92%	-10,36%	-10,36%
CDI	0,93%	0,79%	6,17%	10,83%	11,82%
IMA-B	-2,62%	0,02%	-1,36%	-2,44%	-2,44%
IMA-B 5	-0,28%	0,36%	2,75%	6,16%	6,16%
IMA-B 5+	-4,37%	-0,23%	-3,78%	-8,63%	-8,63%
IMA-Geral	-0,59%	0,32%	2,61%	5,10%	5,10%
IMA-Geral ex-C	-0,60%	0,30%	2,57%	5,08%	5,08%
IMA-S	0,86%	0,83%	5,50%	11,11%	11,11%
INPC	0,48%	0,33%	2,04%	4,77%	4,77%
IPCA	0,52%	0,39%	2,29%	4,83%	4,83%
IRF-M	-1,66%	-0,52%	0,34%	1,86%	1,86%
IRF-M 1	0,70%	0,57%	4,74%	9,46%	9,46%
IRF-M 1+	-2,96%	-1,13%	-2,02%	-1,81%	-1,81%
Selic	0,93%	0,79%	6,21%	10,88%	11,87%
Meta Atuarial	0,93%	0,80%	4,83%	10,10%	10,10%



10. CONJUNTURA ECONÔMICA

RELATÓRIO DE ANÁLISE ECONÔMICA RESUMO ANUAL 2024 INFLAÇÃO 2024

Os principais pontos: A inflação oficial do país, medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), registrou alta de 0,52% em dezembro de 2024, o que representa 0,13 ponto percentual (p.p.) acima do observado em novembro, quando subiu 0,39%. A alta do índice foi menos intensa que a esperada pelo mercado, que previa variação de 0,53%, segundo a mediana do sistema Infinity. Com esse resultado, o IPCA acumulou alta de 4,83% no ano passado. Em dezembro de 2023, a variação foi positiva em 0,56%, com a inflação fechando o ano em 4,62%. Na composição do IPCA, oito dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados apresentaram alta na passagem mensal. Os maiores impactos vieram dos grupos Alimentação e Bebidas (1,18%) e Transportes (0,67%), que contribuíram com 0,25 e 0,14

p.p. para o índice, respectivamente. Para Alimentação e Bebidas destaque para a alta expressiva nos preços de carne (5,26%). No sentido oposto, destaca-se o impacto negativo do grupo Habitação (-0,08 p.p.) que registrou queda de

-0,56% no mês depois de variar -1,53% em novembro, resultado influenciado pela queda de 3,19% nos preços da energia elétrica residencial. Impacto nos cenários: as maiores contribuições para o IPCA no ano de 2024 vieram dos grupos Alimentação e Bebidas (7,69%), Saúde e Cuidados pessoais (6,09%) e Transportes (3,30%). Juntos, esses três grupos foram responsáveis por 65% da inflação no ano. A gasolina, foi o item que gerou o maior impacto individual para o cálculo do indicador, com alta acumulada de 9,71%, seguida pelos planos de saúde (7,82%) e refeição fora do domicílio (5,70%). No sentido oposto, as passagens aéreas, registraram queda de 22,20% em 2024, acarretando um impacto de -0,21 p.p para o indicador. De forma geral, a inflação do ano passado foi impactada fortemente pelas condições climáticas adversas, que influenciaram a alta dos alimentos, e da gasolina, impactada pelos preços internacionais e a desvalorização do real. Para 2025, nosso cenário contempla alta de 4,8% para o IPCA. Por um lado, devemos observar um movimento de desaceleração dos preços dos alimentos, de acordo com a expectativa de melhora das condições climáticas e recorde da produção de grãos no país. De outro, esperamos maior pressão vinda da desvalorização cambial e seu respectivo repasse ao varejo, fato que deverá fazer a inflação deste ano crescer no mesmo ritmo do ano passado.

CARTA ABERTA, Em 2024, a taxa de inflação, medida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), alcançou 4,83%, situando-se acima do limite superior do intervalo de tolerância, de 4,50%. O limite superior estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) por meio da Resolução nº 4.918, de 24 de junho de 2021, corresponde à meta de inflação de 3,00% acrescida de 1,50 ponto percentual (p.p.). Portanto, em cumprimento ao estabelecido no parágrafo único do art. 4º do Decreto nº 3.088, de 1999, encaminho-lhe esta carta aberta.

CAUSAS DE A INFLAÇÃO NÃO TER CUMPRIDO A META FISCA

A inflação em 2024 ficou acima do intervalo de tolerância em decorrência do ritmo forte de crescimento da atividade econômica, da depreciação cambial e de fatores climáticos, em contexto de expectativas de inflação desancoradas e inércia da inflação do ano anterior. Portanto, a inflação envolveu uma gama ampla de fatores. No sentido contrário, destaca-se a queda do preço internacional do petróleo no segundo semestre do ano, conforme conteúdo da Carta Aberta do Banco Central, disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/controleinflacao/controleinflacao_docs/carta_aberta/carta2024.pdf TAXA SELIC 2024

O Banco Central utilizou da política monetária definindo a meta para a taxa Selic para assegurar a convergência da inflação à meta. Depois de período de distensão monetária, o Copom retomou ciclo de aumento da taxa de juros. Conforme as informações publicadas pela Carta Aberta do BC, em agosto de 2023, em função da melhora no quadro inflacionário no período, o BC iniciou processo de distensão monetária que durou até maio de 2024. A taxa Selic foi reduzida de 13,75% em fevereiro de 2023 para 10,50% em maio de 2024. As projeções consideravam desaceleração econômica à frente. De fato, o PIB, na comparação com o trimestre anterior, cresceu 0,2% nos terceiro e quarto trimestres de 2023. Entretanto, em decorrência da piora no cenário prospectivo, o Copom manteve a Selic em 10,50% nas reuniões de junho e julho. Na reunião de junho, o Copom destacou a elevação das projeções da inflação, a continuidade do dinamismo maior que o esperado da atividade econômica e do mercado de trabalho e a ampliação da desancoragem das expectativas. Na reunião 265ª mediante o cenário econômico, o BC não conseguiu manter a taxa e deu início cenário de alta, com aumento de 0,25 p.p. para 10,75% considerando que o cenário demandava uma política monetária mais contracionista. Na reunião de novembro, considerando a necessidade de uma política monetária mais contracionista, o Comitê julgou adequado realizar um novo aumento na taxa Selic, elevando em 0,50 p.p., para

11,25%. Na sua última reunião, em dezembro, o Copom aumentou a taxa Selic em 1,00 p.p., para 12,25%, considerando que o cenário mais recente, marcado por desancoragem adicional das expectativas de inflação, elevação das projeções de inflação e dinamismo acima do esperado na atividade que exigiu uma política monetária ainda mais contracionista.

CÂMBIO 2024

Conforme a Carta Aberta do BC, a taxa de câmbio subiu de R\$4,95/US\$ na média do último trimestre de 2023 para R\$5,84/US\$ na média do mesmo período em 2024, uma variação de 18,0%. Considerando a média em dezembro de 2023 e de 2024, a taxa de câmbio aumentou de R\$4,90/US\$ para R\$6,10/US\$, uma variação de 24,5%, que corresponde a uma queda do real de 19,7%. O processo de depreciação começou em abril de 2024 e se intensificou ao longo do ano. Assim, parcela dos efeitos diretos e indiretos do repasse cambial ainda deve se efetivar em 2025. A apreciação do dólar a nível global refletiu principalmente a queda da Fed Funds Rate em ritmo mais lento que o esperado pelos mercados e as expectativas de alteração na política econômica norte-americana em decorrência do resultado das eleições naquele país. Entretanto, foi a moeda de maior depreciação em 2024.

TAXA DE DESOCUPAÇÃO

O mercado de trabalho apresentou resultados robustos em 2024. A taxa de desocupação continuou trajetória de rápido declínio, atingindo 6,5% em novembro (dados ajustados sazonalmente), menor valor da série histórica. Na comparação interanual, a taxa (sem ajuste sazonal) passou de 7,5% em novembro de 2023 para 6,1% em novembro de 2024. A baixa taxa de desocupação foi acompanhada de aumento dos salários. O rendimento médio nominal habitual de todos os trabalhos entre janeiro e novembro de 2024 foi 9,0% superior ao do mesmo período do ano anterior, uma elevação de 4,5% em termos reais. As contratações líquidas medidas pelo Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) foram de 1,8 milhão de vagas nos últimos doze meses até novembro. Embora em menor ritmo do que no início de 2024, a contratação líquida mensal ajustada sazonalmente tem sido robusta, ficando entre 100 e 150 mil entre maio e novembro.

POLÍTICA FISCAL

No acumulado de 2024 até novembro, o resultado primário do governo central foi deficitário em R\$ 71,3 bilhões, contra um déficit de R\$ 119,6 bilhões registrado no mesmo período de 2023, ambos a preços de novembro de 2024. A receita primária no acumulado do ano foi de

R\$ 2.429,4 bilhões a preços de novembro, registrando crescimento real de 8,1% em relação a 2023, com destaque para o crescimento da arrecadação das receitas administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), que foi de 12,8% em termos reais. As receitas não administradas tiveram uma queda de 5,1% e a arrecadação do regime geral de previdência cresceu, em termos reais, 3,7%, na mesma base de comparação. A despesa primária do governo central no acumulado até novembro registrou R\$ 2.029,2 bilhões a preços desse mês, com aumento real de 4,6% em relação ao mesmo período de 2023. Esse aumento foi explicado, em grande medida, pelo pagamento de benefícios previdenciários, com um crescimento real de R\$ 29,0 bilhões (3,4%), pelo pagamento de precatórios, os quais tiveram uma elevação real de despesa da ordem de R\$ 14,1 bilhões (67,9%), pelo pagamento de despesas com créditos extraordinários, abertos em sua maior parte para o enfrentamento da calamidade pública no estado do Rio Grande do Sul, com aumento real de R\$ 14,3 bilhões (640,8%) e pelas despesas com Benefícios de Prestação Continuada (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social da Renda Mensal Vitalícia (LOAS/ RMV), com crescimento real de R\$ 14,1 bilhões (15,8%). Para 2024, o último Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias da União (RARDP), divulgado no final de novembro, projeta déficit primário de R\$ 64,4 bilhões. Considerando-se as despesas não computadas no resultado primário para fins de cumprimento da meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) (calamidade pública no Rio Grande do Sul, emergência climática e Acórdão no 1.103/2024- TCU), no montante de R\$ 36,7 bilhões, o resultado primário projetado ficaria deficitário em R\$ 27,7 bilhões, dentro do intervalo de tolerância estabelecido na LDO conforme divulgou Carta de Conjuntura da Ipea.

- O Ministério da Fazenda apresentou nesta terça-feira (7/1), os dados mais recentes do Resultado Fiscal Estrutural (RFE) do setor público consolidado. O relatório, publicado pela Secretaria de Política Econômica, detalha o desempenho fiscal de 2023 e apresenta uma prévia dos resultados de 2024, considerando os dados até setembro. Em 2024, o esforço de recuperação fiscal tem sido liderado pelo governo central, que alcançou um resultado de -1,16% do PIB potencial até setembro. Este desempenho representa uma forte recuperação frente a 2023 (-2,0% do PIB potencial) e se aproxima do resultado de 2022 (-0,82% do PIB potencial), o que evidencia a efetividade das medidas implementadas ao longo de 2024 disponível em

<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202501/ministerio-fazenda-relatorio-melhora-deficit-fiscal-estrutural-2024>

CENÁRIO EXTERNO

Estados Unidos: Na última reunião de 2024 o Fed cortou os juros em 0,25 p.p, levando as Fed Funds ao patamar de 4,50% a.a. Para 2025, ante um mercado de trabalho e inflação ainda resilientes e um novo mandato de Trump nos EUA, o Fed deverá ser mais cauteloso quanto aos cortes de juros. Logo, os analistas projetam que o ciclo se encerre em 3,75% a.a. no segundo semestre de 2025.

Europa: Na área do euro, a taxa de juros que encerrou o ano em 3,00% a.a., deverá encerrar 2025 em 2,25% a.a. Inflação registrou alta dentro das expectativas de mercado. O desempenho do indicador repercute um mercado de trabalho aquecido com desemprego nas mínimas históricas, contexto que pressiona os salários e, por consequência, influencia o nível da inflação de serviços. Na última decisão de política monetária de 2025, o Banco Central Europeu (BCE) reduziu a taxa de depósito em 25 pontos-base, encerrando os juros básicos da região em 3,0% ao ano. Essa medida foi acompanhada por uma revisão para baixo da inflação na região e trouxe uma postura mais construtiva da autoridade monetária, sugerindo que cortes sequenciais de juros se tornaram mais prováveis nas próximas reuniões. Na China: Os indicadores de atividade seguiram sugerindo que há alguma recuperação em andamento, em especial no mercado imobiliário. Contudo, foram os anúncios do Partido Comunista chinês quanto à disponibilidade em implementar estímulos fiscais e creditícios que repercutiram positivamente no mercado.

ÍNDICES DE DEBÊNTURES DA ANBIMA

Os índices atrelados a remuneração da Selic e do CDI, respectivamente, apresentam os melhores desempenhos em dezembro como reflexo da forte abertura dos prêmios da curva nominal. Nos últimos 12 meses, o retorno do IDA-DI (13,19%) permanece na liderança no comparativo com os demais indicadores. No retorno acumulado do ano e dos últimos 12 meses, o IDA-DI permanece se destacando no comparativo com os demais índices de renda fixa a um nível de volatilidade (risco) relativamente baixo considerando a característica de menor duration da carteira, embora já seja possível observar uma menor diferença em relação ao IMA-S. As debêntures incentivadas e não incentivadas apresentaram negociação abaixo da média na última quinzena. O destaque ficou para o dia 10/dez para as debêntures não incentivadas, com volume médio de R\$ 2,2 bilhões/dia. Na última quinzena, o volume médio negociado de CRIs e os CRAs apresentou negociação abaixo da média da quinzena anterior. Destaque para a redução no volume médio negociado de CRIs de 839 para 300 milhões.

IBOVESPA

O Ibovespa fechou o ano de 2024 pior desempenho desde 2021. O ano de 2024 não foi nada positivo para o Ibovespa, principal índice da bolsa brasileira, o mercado de ações foi pego por uma combinação nada favorável de dólar alto, tensões geopolíticas globais, retomada da alta da Selic e incertezas com as contas públicas no Brasil. Em dezembro, o Ibovespa registrou uma queda de 4,28%, levando o desempenho acumulado em 2024 para -10,36%. Trata-se da pior performance em três anos. em agosto que o índice conseguiu atingir novo topo, acima dos 137 mil pontos. O retorno do Ibovespa em 2024 foi o pior desde 2021, quando o índice recuou 11,93%, como mostra dados levantados pela Quantum Finance. O resultado do último ano também marca uma quebra da sequência de rentabilidade positiva dos anos anteriores. O Ibovespa chegou a subir 4,69% e 22,28% em 2022 e 2023, respectivamente

AÇÕES MENORES RETORNOS EM 2024 AZUL PN N2 - AZUL4 -77,89%

MAGAZ LUIZA ON NM - MGLU3 -69,72% COGNA ON ON NM - COGN3 -68,77%
YDUQS PART ON NM - YDUQ3 -61,18% CVC BRASIL ON NM - CVCB3 -60,57% ASSAI
ON NM - ASAI3 -58,39%

COSAN ON NM - CSAN3 -56,37% CARREFOUR BR ON NM - CRFB3 -55,65%
AZZAS 2154 ON NM - AZZA3 -52,90% MRV ON NM - MRVE3 -52,72%

O Ibovespa fechou o ano de 2024 pior desempenho desde 2021. O ano de 2024 não foi nada positivo para o Ibovespa, principal índice da bolsa brasileira, o mercado de ações foi pego por uma combinação nada favorável de dólar alto, tensões geopolíticas globais, retomada da alta da Selic e incertezas com as contas públicas no Brasil. Em dezembro, o Ibovespa registrou uma queda de 4,28%, levando o desempenho acumulado em 2024 para ?10,36%. Trata-se da pior performance em três anos. em agosto que o índice conseguiu atingir novo topo, acima dos 137 mil pontos. O retorno do Ibovespa em 2024 foi o pior desde 2021, quando o índice recuou 11,93%, como mostra dados levantados pela Quantum Finance. O resultado do último ano também marca uma quebra da sequência de rentabilidade positiva dos anos anteriores. O Ibovespa chegou a subir 4,69% e 22,28% em 2022 e 2023, respectivamente.

META ATUARIAL

Pela perspectiva de RPPS no cenário econômico de 2024, constatamos que os perfis mais conservadores apresentaram maior resiliência e rentabilidade relativa. Todavia, mesmo com essa vantagem, não foi possível alcançar a meta atuarial, conforme demonstram os índices no relatório.



Apesar do destaque do CDI como o índice de maior potencial no período, a limitação estrutural do mercado financeiro restringe as oportunidades de investimento em ativos exclusivamente atrelados a esse índice, as instituições não dispõem de tantos fundos dessa característica. Além do mais a normativa vigente limita os RPPS a alocação de 20% por fundo, de acordo com a Resolução CMN 4.963/2021. Além disso, é crucial destacar que o mesmo ato normativo permite uma alocação de até 60%, conforme estipulado no Art. 7º, inciso III, alínea A. Entretanto, mesmo com essa flexibilização, o alcance da meta atuarial permaneceu inviável, devido às limitações impostas pela combinação de alta volatilidade nos outros índices, cenário inflacionário desfavorável e desvalorização cambial que impactaram diretamente os ativos financeiros também teve forte impacto.

Portanto, o contexto econômico e as restrições normativas impostas no período evidenciam que, em 2024, a meta atuarial não apenas se mostrou desafiadora, mas também um objetivo inalcançável para os RPPS.

São Francisco do Guaporé – RO, 15 de setembro de 2025.

FLAVIA ALVES DE ALMEIDA

Superintendente do IMPES

